

Políticos de borracha

Como a maioria dos economistas, empresários e até alguns políticos, nós não achamos que o IPMF seja tão necessário para o governo como a área econômica de Brasília está apregoando. Pelo contrário, por causa de suas características, já comentadas em vários editoriais nesta página, o IPMF é um tributo pernicioso que pode trazer ainda mais problemas para a atividade econômica do País. Portanto, se o Congresso não o aprovar, talvez seja um bom negócio para o próprio governo. Até porque, como já avisou o assessor especial do ministro da Fazenda, economista Edmar Bacha, forçará o governo a ampliar o valor dos cortes para além dos US\$ 6 bilhões pretendidos.

Entretanto, não podemos aplaudir a forma como está sendo articulada no Congresso a oposição à aprovação do imposto. É chocante o que deputados e senadores estão fazendo com o projeto de regulamentação do IPMF, usando seus votos para **chantagear** o governo para tentar obrigá-lo a abrir mão do remanejamento das verbas eleitorais que eles puse-ram no Orçamento deste ano ou para conseguir nomear seus protegidos para cargos em empresas estatais e órgãos públicos. A oposição não é ao imposto fuim, mas ao programa de austeridade que o ministro Fernando Henrique Cardoso quer implantar e a uma divisão dos cargos no governo que não agrada aos nossos políticos fisiológicos.

“Estamos recebendo as sobras do PSDB e isso não será aceito pacificamente” — ameaça o deputado Aloísio Vasconcelos (PMDB-MG). “Todos os deputados foram contrariados” — avisa o deputado Genésio Bernardino (PMDB-MG), os dois sem se darem conta de que esse comportamento é, no mínimo, indecente. A briga por cargos está em todos os Estados e em todos os partidos que dizem apoiar o governo,

sem distinção. E não é por cargos políticos, o que, com alguma condescendência, ainda se poderia aceitar, mas por cargos técnicos mesmo, como, por exemplo, as diretorias financeiras da Companhia Docas da Bahia e da Companhia Telefônica de Minas Gerais. É por essas e por outras que as empresas estatais brasileiras estão todas praticamente falidas.

Mas esta demonstração da insensibilidade dos políticos brasileiros só reforça a necessidade de a sociedade se unir para defender o programa de disciplinamento do Estado brasileiro proposto pelo ministro da Fazenda e para apressar, como também quer Fernando Henrique Cardoso, o Programa Nacional de Desestatização. Como observou o jornalista Fernando Pedreira em seu artigo no jornal **O Estado de S. Paulo** de domingo passado, “a idéia de que se pode golpear a inflação, entre nós, a partir de um acordo de cúpula, de um **gentlemen's agreement** entre políticos e governantes, me parece ilusória, ingênuas. Um dos males essenciais do Brasil é, aliás, precisamente este: ninguém, nenhum partido político, nenhum líder é efetivamente (definitivamente) responsável pela sorte da coisa pública. O próprio presidente acaba escapando. Basta ver, ainda agora, o Sarney, que aí está outra vez pimpão, influente. Nosso regime (talvez nossa maneira de ser tradicional) dilui e anula as responsabilidades públicas, favorece esses escorregadios **políticos de borracha** (grifo nosso) que não afundam nunca, capazes de assumir os mais diferentes formatos. Contar com o caráter dessa gente é perder tempo”.

O que esses **políticos de borracha** parece não terem percebido é que falta muito pouco para que a sociedade brasileira se convença de que é mesmo perder tempo confiar neles. Ou seja, não perceberam que, com seu comportamento, estão pondo em risco a própria continuidade do regime democrático.